

Radar para São Miguel ficará na Barrosa mas ainda não há data para concurso

Radar meteorológico de Santa Bárbara foi adjudicado a uma empresa da Finlândia e aguarda visto do Tribunal de Contas



A deputada do Partido Socialista dos Açores à Assembleia da República, Isabel Almeida Rodrigues, pediu, um ponto de situação ao Ministro do Mar sobre os três radares meteorológicos da Região Autónoma dos Açores, sublinhando que a actividade de vigilância e de monitorização meteorológica “é indispensável à prestação de um serviço público que é essencial às populações, à actividade económica e à segurança de pessoas e bens”.

Isabel Almeida Rodrigues, que participou na audição do Ministro do Mar, no âmbito da apreciação, na especialidade, do Orçamento de Estado para 2020, lembrava assim que o desenvolvimento desta actividade, que conhece uma nova dimensão face aos desafios climáticos, exige equipamentos capazes de fazer face às necessidades de todo o território nacional, que não se cinge apenas ao território terrestre.

“A verdade é que não há cobertura integral do território nacional por aquele tipo de radares e a parte do território nacional terrestre e marítimo sem cobertura é aliás superior à parte que está servida por esses equipamentos”, afirmou a deputada socialista, referindo-se à Região Autónoma dos Açores.

Isabel Almeida Rodrigues assinou ainda a inscrição de verbas no Orça-

mento de Estado de 2020 para os radares meteorológicos, situação contrária “ao que aconteceu na legislatura liderada pelo PSD e CDS em que este assunto não conheceu qualquer desenvolvimento”, altura em que, no caso da Terceira, o radar então em funcionamento não integrava a rede do IPMA e eram já necessários os de S. Miguel e Flores. Na ocasião mencionou ainda os passos dados na adjudicação do Radar de Santa Bárbara e na definição da localização do Radar de São Miguel.

Em resposta, o Ministro do Mar adiantou que, relativamente ao Radar de São Miguel, existe um estudo prévio de localização, que será no Pico da Barrosa, e cujo valor da empreitada está estimado em 3,5 milhões de euros. Quanto ao Radar de Santa Bárbara, está finalizado o concurso internacional tendo sido o mesmo adjudicado a uma empresa da Finlândia, estando agora a aguardar o visto prévio do Tribunal de Contas. Já em relação ao Radar das Flores, admite que o mesmo é uma prioridade, estando o respectivo processo ainda em fase embrionária. Também o deputado do PS/Açores João Castro também questionou o Ministro do Mar sobre o Observatório do Atlântico na audição ao governante no âmbito da apreciação, na especialidade, do Orçamento de Estado para

2020, tendo solicitado informações e questionando “em que medida poderá fortalecer a participação nacional na Rede da Observação da Terra e contribuir para a afirmação do mar português”.

Já o Ministro Ricardo Serrão Santos, sublinhou a intenção, por parte do Ministério, de ligar o Observatório do Atlântico ao AIR Center: “Até agora esta perspectiva ainda não tinha sido tomada, mas acho que não vamos partir para a criação de uma outra instituição, mas sim um nódulo dentro do Air Center”.

“Vamos fazer os primeiros financiamentos no contexto de equipamentos através das EEA Grants, obviamente em colaboração e em rede, porque não há investigação científica que não se faça em rede, com as capacidades existentes no instituto hidrográfico, no IPMA, e também na estrutura de missão para Extensão da Plataforma Continental enquanto ela existir”, admitiu o Ministro do Mar.

O deputado socialista questionou ainda sobre a preparação, em curso, do próximo quadro comunitário, matéria na qual Serrão Santos sublinhou a constituição de uma comissão de acompanhamento em relação ao Fundo Europeu para os Assuntos do Mar e das Pescas, admitindo terem ficado “bem salvaguardadas as questões relacionadas com os fundos para as Regiões Ultraperiféricas”.

“Continuam por cumprir as promessas feitas em 2016 para o porto da Praia da Vitória”

O deputado do PSD/Açores na Assembleia da República, António Ventura, questionou ontem o Governo sobre “as promessas relativas ao Porto da Praia da Vitória, que continuam por cumprir depois de, nos últimos 4 anos, ter sido vendida uma expectativa, tanto nacional como regional, sobre a sua importância geostratégica, sem resultados à vista”, disse.

O social democrata acusou os executivos de António Costa de “defraudarem as expectativas criadas, ao não avançar com os investimentos – no valor de 77 milhões de euros – para aquela infraestrutura, conforme está patente no PREIT”, recordou.

“Foi prometido o melhoramento do

Porto, a sua definição como porto abastecedor nacional de GNL e a criação do registo internacional de navios nos Açores, tirando partido da sua localização, e nada disso foi feito”, elencou o deputado.

António Ventura lembrou novamente a declaração conjunta de compromissos, entre a República e a Região, assinada a 30 de Abril de 2016, “onde era bem clara a intenção de uma candidatura ao Plano Juncker, que visava integrar aquele porto no projecto das Auto Estradas do Mar, valorizando-o como entreposto de carga entre a Europa e o continente americano”, avançou.

“A verdade é que isso também não

aconteceu, pelo contrário, e como disse nesta casa, em Comissão de Finanças, uma representante nacional dos Distribuidores de Gás, o Governo até desistiu do projecto do GNL em favor da Ferrovia”, adiantou o social democrata.

“Após cinco anos, e com compromissos escritos, a verdade é que o Porto da Praia da Vitória tem zero euros de investimentos, e o Governo continua sem potenciá-lo para vantagens regionais ou mesmo nacionais”, criticou.

O parlamentar açoriano quis também saber se o Orçamento do Estado para 2020 “tem investimentos previstos em mais algum porto do arquipélago”, concluiu.

São Jorge inaugura Ponto de Carregamento Rápido para veículos eléctricos



Foi inaugurado ontem um ponto de carregamento rápido para veículos eléctricos nas Velas, em São Jorge, que integra a rede pública que o Governo dos Açores tem estado a implementar para impulsionar a mobilidade eléctrica em todo o arquipélago.

“São estes pequenos grandes passos que nos permitem caminhar para um desenvolvimento cada vez mais sustentável”, frisou a Secretária Regional do Turismo Marta Guerreiro, acrescentando que, em São Jorge, está prevista a instalação de um segundo ponto de carregamento no concelho da Calheta, que deverá ser instalado durante o primeiro semestre deste ano. Actualmente, a rede pública conta com 18 localizações, que já abrangem todas as ilhas, num total de 26.

A titular da pasta da Energia sublinhou o trabalho do Executivo na promoção da mobilidade eléctrica, criando “mais condições” para que os Açorianos possam incorporar “hábitos mais amigos do ambiente”.

“Esta tem sido uma legislatura que, de uma forma continuada e com substância, tem colocado a temática da mobilidade eléctrica na agenda regional”, salientou a governante, referindo que o Governo, com a criação da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, “reforçou a importância da associação dos sectores da energia e do ambiente, face aos desafios da actualidade”.

“A aposta na mobilidade eléctrica é uma opção estratégica de política energética e ambiental, tendo em consideração o seu importante papel na conquista dos objectivos de desenvolvimento sustentável, bem como na descarbonização da economia, na mitigação dos efeitos das alterações climáticas e na melhoria da eficácia energética”, afirmou.

Na ocasião, Marta Guerreiro salientou que, para além desta rede, serão também distribuídos 33 pontos de carregamento normal, através de campanhas dirigidas a vários sectores de atividade, por exemplo hotelaria, IPSS, hospitais, escolas, indústria, entre outros.

NRP Figueira da Foz abre para visitas no Porto da Horta



O NRP Figueira da Foz, que se encontra em missão no arquipélago dos Açores, irá abrir a visitas à população em geral no próximo dia 26 de Janeiro, atracado no Porto da Horta, na ilha do Faial. As visitas irão decorrer das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h30.

O Navio Patrulha Oceânico Figueira da Foz tem missão atribuída na Zona Marítima dos Açores até ao dia 2 de abril.

Nota: As visitas podem ser canceladas sem aviso prévio, por questões de empenhamento operacional do navio em missões de busca e salvamento no mar.